



**MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS - MPI**  
**FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**1º TRIMESTRE DE 2026**

---

---

**Órgão:** 30202 – Fundação Nacional dos Povos Indígenas  
**Exercício:** 2026 **Período:** Trimestral

---

**SUMÁRIO DAS NOTAS EXPLICATIVAS**

1. Contexto Operacional e Informações Gerais
  2. Base de Preparação e Conformidade Normativa
  3. Resumo das Principais Políticas Contábeis
  4. Ativos Financeiros: Caixa e Equivalentes de Caixa
  5. Ativo Circulante e Não Circulante: Créditos e Valores a Receber
  6. Ativo Não Circulante: Imobilizado e Intangível
  7. Passivo Circulante e Não Circulante (Obrigações)
  8. Patrimônio Líquido
  9. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
  10. Balanço Orçamentário (BO) e Balanço Financeiro (BF)
  11. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
  12. Contingências e Compromissos
- 

**1. Contexto Operacional e Informações Gerais**

**1.1. Entidade Relatora**

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai foi instituída por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967 sob a denominação de Fundação Nacional do Índio e passou a ter a nova denominação por força do art. 58 da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023. Entidade da administração pública federal indireta vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas, conforme Decreto nº 11.355 de 01 de janeiro de 2023.

**1.2. Finalidade e Competências**

A FUNAI é a principal executora da política indigenista da União Federal, atuando na proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. Sua estrutura organizacional, que passou por recente reestruturação, conforme Decreto nº 12.581, de 6 de agosto de 2025, e Portaria Funai nº 1.344, de 27 de agosto de 2025, compreende:

- Quatro diretorias finalísticas que atuam diretamente junto às comunidades indígenas,
- Uma diretoria de gestão administrativa (Diretoria de Administração e Gestão - DAGES),
- Um Museu Nacional dos Povos Indígenas,
- 42 Coordenações Regionais (ações finalísticas), e
- 7 Coordenações Regionais de Suporte (ações de logística operacional).

### 1.3. Escopo das Demonstrações Contábeis (DCONs)

As DCONs são elaboradas a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O escopo abrange a consolidação da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão 30202.

### 1.4. Unidades Gestoras Consolidadas

<b>Código UG</b>	<b>Unidade Gestora</b>
190004	Coordenação Regional Ji Paraná
194002	Coordenação Regional de Suporte Rio Branco
194003	Coordenação Regional de Cacoal
194004	Coordenação Regional Guajará-Mirim
194005	Coordenação Regional Alto Purus/AC
194006	Coordenação Regional Manaus
194007	Coordenação Regional Vale do Javari
194008	Coordenação Regional Rio Negro
194009	Coordenação Regional Roraima
194010	Coordenação Regional Centro Leste do Pará
194011	Coordenação Regional Baixo Tocantins
194012	Coordenação Regional Tapajós
194013	Coordenação Regional de Suporte Belém
194014	Coordenação Regional de Suporte São Luís
194018	Coordenação Regional Baixo São Francisco
194019	Coordenação Regional MG e ES
194020	Coordenação Regional Campo Grande/MS
194022	Museu Nacional dos Povos Indígenas
194024	Coordenação Regional de Suporte São José / SC
194026	Coordenação Regional Guarapuava
194027	Coordenação Regional Passo Fundo/RS
194028	Coordenação Regional Cuiabá
194029	Coordenação Regional Xavante
194031	Coordenação Regional Xingu
194033	Coordenação Regional Araguaia Tocantins/TO
194035	SEDE
194036	Coordenação Regional Norte do Mato Grosso
194041	Coordenação Regional Nordeste II/CE
194042	Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira
194044	Coordenação Regional Kayapó Sul do Pará/PA
194045	Coordenação Regional Madeira
194046	Coordenação Regional Litoral Sudeste
194047	Coordenação Regional Litoral Sul
194048	Coordenação Regional Médio Purus
194049	Coordenação Regional Juruá
194061	Coordenação Regional Interior Sul
194062	Coordenação Regional de Suporte Manaus

<b>Código UG</b>	<b>Unidade Gestora</b>
194063	Coordenação Regional Alto Solimões
194064	Coordenação Regional Dourados
194067	Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso
194068	Coordenação Regional Sul da Bahia
194074	Coordenação Regional Maranhão
194075	Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará
194077	Coordenação Regional Nordeste 1
194078	Coordenação Regional de Suporte Recife
194079	Coordenação Regional João Pessoa
194080	Coordenação Regional de Suporte Cuiabá
194085	Coordenação Regional Ponta Porã
194088	Coordenação Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças
194151	Diretoria de Proteção Territorial
194152	Diretoria de Gestão Ambiental e Territorial
194153	Diretoria de Demarcação de Terras Indígenas
194154	Diretoria de Direitos Humanos e Políticas Sociais

O escopo abrange os demonstrativos: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

## **2. Base de Preparação e Conformidade Normativa**

**2.1.** As demonstrações contábeis (DCONs) da Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI são elaboradas observando as normas vigentes no Brasil, e são apresentadas em **conformidade técnica** com os seguintes normativos e diretrizes, buscando a convergência aos padrões internacionais (IPSAS - *International Public Sector Accounting Standards*):

a. **Legislação Federal** \* Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Decreto-Lei nº 200/1967 e Decreto nº 93.872/1986. Lei nº 10.180/2001.

b. **Normas Contábeis:** NBCASP (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade): NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11); as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – **9ª Edição**, sendo a 11ª Edição válida a partir de 2025 para orientações gerais; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

**2.2. Regime Contábil** A entidade adota o **Regime de Competência** para o reconhecimento das variações patrimoniais (VPA e VPD), independentemente da execução orçamentária, em obediência às NBCASP e à Lei nº 4.320/1964.

É adotado o **Regime Misto** para o registro dos ingressos (Receita Orçamentária, sob regime de Caixa) e dispêndios orçamentários (Despesa Orçamentária, sob regime de Competência – Empenho).

**2.3. Moeda Funcional e de Apresentação** As demonstrações contábeis são apresentadas em **Reais (R\$)**, que é a moeda funcional da entidade.

---

### **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis**

As políticas contábeis utilizadas na elaboração destas demonstrações são consistentes com os requisitos do MCASP e NBCASP. A FUNAI adota as seguintes políticas principais:

#### **3.1. Mensuração de Ativos e Passivos**

Os ativos e passivos são mensurados, em regra, pelo **custo histórico**, exceto quando as normas contábeis exigem o uso de outras bases de mensuração (como valor justo, valor realizável líquido ou valor recuperável). Se mais de uma base de mensuração for utilizada, essa aplicação é divulgada nas categorias de ativos e passivos.

#### **3.2. Ativo Imobilizado e Intangível**

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção e ficam sujeitos à depreciação ou amortização, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição ou construção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros, conforme características de cada Ativo. Os procedimentos contábeis estão descritos no Manual Siafi macrofunção 02.03.30 e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. O Ativo Imobilizado (bens móveis e imóveis) e Intangível são mensurados pelo modelo de custo (custo menos depreciação/amortização acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulada).

- **Depreciação, Amortização e Exaustão (DAE):** A base de cálculo para contabilização da depreciação e da amortização é o custo do ativo imobilizado. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional e o método utilizado é o das quotas constantes. Para bens imóveis cadastrados no SPIUnet, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. A entidade deve reconhecer os DAE nos termos da Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fundações.
- **Reserva de Reavaliação:** A reavaliação de bens móveis deve ocorrer em cumprimento à Resolução CFC 1.137/2008 que aprovou a NBCT 16.10, bem como, a Macrofunção SIAFI 02.03.35 (reavaliação e redução ao valor recuperável). No entanto, historicamente, os bens móveis não vêm sofrendo registro de reavaliação por parte das unidades gestoras. Cabe acrescentar que foi instituído um Plano de Regularização Patrimonial (PRP) que tem por objetivo

propor procedimentos e cronogramas visando à regularização patrimonial das unidades da Funai, contemplando a análise dos riscos e desafios para sua implantação e para execução das atividades relacionadas à gestão patrimonial no âmbito desta Fundação, que teve início com a capacitação de servidores e formação de grupo de trabalho para início das atividades.

- **Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*):** São realizados testes de redução ao valor recuperável para garantir que os ativos não sejam escriturados por valores superiores àqueles que se espera recuperar. Tais procedimentos estão em implementação.
- **Terras Indígenas:** As terras indígenas são registradas no ativo imobilizado da FUNAI como bens de uso especial, sendo mensuradas pelo valor justo quando da incorporação ao patrimônio.

### 3.3. Classificação em Circulante e Não Circulante

Ativos e Passivos são classificados como Circulante se realizáveis ou exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Caso contrário, são classificados como Não Circulante.

### 3.4. Dívida Ativa

A Dívida Ativa compreende créditos tributários e não tributários exigíveis pela Fazenda Pública. A inscrição em Dívida Ativa geralmente implica a classificação do crédito no Ativo Não Circulante, devido à incerteza do prazo de realização. É necessário o cálculo e registro do **Ajuste para Perdas (Ajuste para Perdas de Créditos)** para a Dívida Ativa.

A Dívida Ativa não tributária totalizou **R\$ 8.110.780,28** até março/2026, sendo classificada no Ativo Não Circulante.

---

## 4. Ativos Financeiros: Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo de Caixa e Equivalentes de Caixa (CEC) é composto por dinheiro em caixa, conta única e depósitos. A conta CEC deve incluir itens prontamente conversíveis em quantia conhecida de caixa, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, e com vencimento de curto prazo (três meses ou menos a partir da data de aquisição).

### 4.1. Composição (Nota 4 no BP)

A composição de Caixa e Equivalentes de Caixa em 31/03/2026 é a seguinte (em R\$ mil):

Descrição	31/03/2026 (R\$)	31/12/2025 (R\$)	AH	AV
Limite de saque	57.514.871	60.218.626	-4,5%	98,2%
Demais contas	1.048.487	974.907	7,5%	1,7%
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>58.563.358</b>	<b>61.193.533</b>	<b>-4,3%</b>	<b>100,0%</b>
Circulante	58.563.358	61.193.533	-4,3%	100,0%
Não Circulante				

A disponibilidade de caixa refere-se ao limite de saque com vinculação de pagamento, predominantemente, para custear a folha de pagamento de pessoal. O montante dos recursos de limite de saque de pagamento é oriundo do Tesouro Nacional.

A dinâmica destas contas busca atender demandas diárias de pagamento do Órgão, cuja movimentação varia de acordo com a disponibilização de limites pelo Tesouro Nacional e os pagamentos efetuados por cada Unidade Gestora vinculada.

No encerramento do 1º trimestre de 2026 o **Ativo Financeiro** apresentou o valor de **R\$ 58.659.572,89** e no encerramento do exercício de 2025, o saldo de **R\$ 61.289.747,99**.

---

## 5. Ativo Circulante e Não Circulante: Créditos e Valores a Receber

Os créditos de curto prazo compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

O “Ativo Realizável a Longo Prazo”, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, corresponde a valores de bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

O total de Créditos e Valores a Receber da FUNAI (Ativo Circulante e Não Circulante) é composto por Dívida Ativa Não Tributária e Demais Créditos e Valores. A Dívida Ativa Não Tributária e os Demais Créditos e Valores realizáveis após doze meses são classificados no Ativo Não Circulante.

O Ativo Circulante apresentou o saldo de R\$ **142.927.475,84** ao final do 1º Trimestre de 2026. Já o Ativo Não Circulante apresentou o saldo de R\$ **263.179.999.336,55**, porém, deste valor, somente R\$ **55.599.711,03** refere-se ao Ativo Realizável a Longo Prazo (0,02%), enquanto o Imobilizado apresentou o saldo de R\$ **263.117.187.553,88**.

### 5.1. Composição Detalhada (Nota 5 no BP)

#### 5.1.1 Dívida Ativa

Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. É uma fonte potencial de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no ativo. Não se confunde com a dívida pública, uma vez que esta representa as obrigações do ente público com terceiros e é reconhecida contabilmente no passivo.

Descrição	31/03/2026 (R\$)	31/12/2025 (R\$)	AH	AV
Dívida Ativa Não Tributária	8.110.780	8.197.514	-1,1%	100,0%
Ajuste para Perdas	-	-	-	-

<b>Total</b>	8.110.780	8.197.514	-1,1%	100,0%
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	8.110.780	8.197.514	-1,1%	100,0%

Houve uma diminuição discreta da Dívida Ativa Não Tributária no 1º Trimestre de 2026 em relação ao encerramento do exercício de 2025, devido à baixa de valores decorrentes de sentença de extinção.

## 5.2 Demais Créditos e Valores

Referem-se a despesas decorrentes de folha de pagamento de pessoal registrados em contas de natureza transitória; como também, créditos por cessão de pessoal para outras entidades; créditos decorrentes de acertos financeiros com servidor/ex-servidor; créditos decorrentes de descumprimento de cláusulas contratuais.

Descrição	31/03/2026 (R\$)	31/12/2025 (R\$)	AH	AV
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	27.788.551	20.352.384	36,5%	21,2%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46.118.693	46.111.670	0,0%	35,2%
Adiantamento - TED	54.489.493	48.227.346	13,0%	41,5%
Demais	2.757.772	2.757.411	0,0%	2,1%
Subtotal	131.154.508	117.448.811	11,7%	100,0%
(-) Ajuste para Perdas	-	-	0,0%	
<b>Total</b>	<b>131.154.508</b>	<b>117.448.811</b>	<b>11,7%</b>	<b>100,0%</b>
Circulante	83.665.578	69.966.902	0	1
Não Circulante	47.488.931	47.481.908	0	0

O aumento de Adiantamento TED no valor aproximado de 3.450.000 refere-se, basicamente, às transferências para realização de estudos necessários para a consolidação de Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCIDs) de terras indígenas, objeto dos TEDs 4/2026 e 3/2025.

Além disso, o aumento no valor de R\$ 1.350.000 visa atender ao TED 2/2025, que trata do procedimento de demarcação física e georreferenciamento da Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, localizada no município de Colniza, no estado do Mato Grosso.

O acréscimo no valor de R\$ 1.500.000 objetiva atender ao TED 5/2025 que tem por objeto a implementação de ações estruturantes de gestão ambiental, etnodesenvolvimento, infraestrutura comunitária, direitos sociais e de cidadania (com adaptações culturais e bilíngues) em territórios indígenas da região amazônica, com foco nas Terras Indígenas desintrusadas nos estados do Pará e de Rondônia

O saldo da conta Depósitos Judiciais Efetuados (Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados) é composto por despesas com indenizações por benfeitorias em terras indígenas, desapropriação de interesse social e constituição de reserva indígena.

## 6. Ativo Não Circulante: Imobilizado e Intangível

O Ativo Não Circulante totalizou até o 1º Trimestre de 2026 o valor de **R\$ 263.179.999.336,55**.

### 6.1. Ativo Imobilizado (Nota 6 no BP)

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

A reavaliação de bens móveis deve ocorrer em cumprimento à Resolução CFC 1.137/2008 que aprovou a NBCT 16.10, bem como, a Macrofunção SIAFI 02.03.35 (reavaliação e redução ao valor recuperável).

No entanto, historicamente, os bens móveis não vêm sofrendo registro de reavaliação por parte das unidades gestoras.

Cabe acrescentar que foi instituído um Plano de Regularização Patrimonial (PRP) que tem por objetivo propor procedimentos e cronogramas visando à regularização patrimonial das unidades da Funai, contemplando a análise dos riscos e desafios para sua implantação e para execução das atividades relacionadas à gestão patrimonial no âmbito desta Fundação, que teve início com a capacitação de servidores e formação de grupo de trabalho para início das atividades.

O Imobilizado da FUNAI, mensurado pelo custo menos a depreciação acumulada, reflete os bens em uso dedicados à manutenção das atividades públicas. Os bens imóveis representam 99,9% do total do ativo imobilizado, sendo constituídos predominantemente por fazendas, parques e reservas.

Descrição	31/03/2026 (R\$)	31/12/2025 (R\$)	AH	AV
Custo	355.410.634	355.385.039	0,0%	0,1%
(-) Depreciação	(130.429.702)	(127.793.766)	2,1%	0,0%
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-		
<b>Bens Móveis</b>	224.980.932	227.591.273	-1,1%	0,1%
Custo	262.892.760.084	258.937.127.900	1,5%	99,9%
(-) Depreciação	(553.463)	(527.456)	4,9%	0,0%
(-) Amortização	-	-		
<b>Bens Imóveis</b>	262.892.206.622	258.936.600.444	1,5%	99,9%
<b>Imobilizado</b>	263.117.187.554	259.164.191.717	1,5%	100,0%

Com relação ao item Fazendas, Parques e Reservas, está majoritariamente composto por terras públicas de domínio da União concedidas para ocupação de povos originários, sob controle e gestão da SPU – Secretaria de Patrimônio da União. Da mesma forma é

tratado o item Terrenos/Glebas utilizando códigos específicos por parte das supracitada SPU. Quanto aos itens Salas, Edifícios, Autarquias/Fundações são imóveis edificadas em áreas urbanas destinados prioritariamente a acomodar unidades administrativas da Instituição para atuar no apoio e logística para o desenvolvimento das ações finalísticas que cabem a esta Funai.

Houve uma pequena variação no 1º Trimestre de 2026 em relação a dezembro de 2025 (-1%), quanto aos bens móveis, justificada pelo rito de regularização pactuado no Plano de Regularização Patrimonial – 2024.

A variação de R\$ **3.955.632.185** no 1º Trimestre de 2026 em relação a dezembro de 2025, quanto aos bens imóveis, refere-se predominantemente à incorporação de terras Indígenas, incorporação de imóveis de uso especial, registrados no SPIUNET.

## 7. Passivo Circulante e Não Circulante (Obrigações)

O Passivo é segregado em Circulante (exigível até 12 meses) e Não Circulante (exigível após 12 meses). O Passivo Financeiro compreende as dívidas cujo pagamento independe de autorização orçamentária e totalizou R\$ **967.115.917,03** no final do 1º Trimestre de 2026. O Passivo Circulante totalizou R\$ **184.741.792,96** ao final do 1º Trimestre de 2026. O Passivo Não Circulante não apresentou saldo para o 1º Trimestre de 2026.

### 7.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

As obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e assistenciais registradas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas estão descritas na tabela abaixo.

Descrição	31/03/2026 (R\$)	31/12/2025 (R\$)	AH	AV
Salários, Remunerações e Benefícios	35.032.166	31.033.933	13%	73%
Férias a Pagar	8.895.524	9.212.727	-3%	8%
Demais obrigações	4.182.118	637.235	556%	9%
<b>Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais</b>	<b>48.109.808</b>	<b>40.883.895</b>	<b>18%</b>	<b>100%</b>
Circulante	48.109.808	40.883.895	18%	100%
Não Circulante	-	-		

### 7.2 Consignações e Transferências Financeiras a Comprovar (TED)

Os valores registrados em consignações referem-se principalmente a tributos incidentes sobre a folha de pagamento e outras retenções legais. Essas obrigações são regularizadas no mês subsequente à sua competência/contabilização.

Descrição	31/03/2026 (R\$)	31/12/2025 (R\$)	AH	AV
TED	71.670.150	66.212.520	8%	62%

Consignações	42.371.405	33.959.219	25%	36%
Demais	2.084.974	1.432.511	46%	2%
Total	116.126.529		14%	100%
		101.604.250		
Circulante	116.126.529			
		101.604.250		
Não Circulante	-	-	-	-

As Transferências financeiras a comprovar - TED originaram-se de recursos recebidos pela FUNAI de outros órgãos e que estão em fase de prestação de contas, outra parte, está em fase de aprovação pela concedente. A variação a maior do 1º Trimestre de 2026 em relação ao exercício de 2025 refere-se, na sua maioria, a transferência de recursos para atender serviços logísticos para o transporte e entrega de cestas de alimentos aos indígenas.

## 8. Patrimônio Líquido (PL)

O Patrimônio Líquido é o resultado da diferença entre o Ativo (R\$ 263.322.926.812,39) e o Passivo Exigível (R\$ 184.741.792,96). Qualquer alteração relevante no Patrimônio Líquido (PL), seja por valor ou natureza, deve ser divulgada. Alterações nas políticas contábeis ou correção de erros de exercícios anteriores devem ser registradas à conta do PL e evidenciadas em Notas Explicativas.

Integram o patrimônio líquido: patrimônio ou capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, demais reservas, resultados acumulados e outros desdobramentos.

No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

### 8.1. Movimentação (Nota 8 no BP e DMPL - se aplicável)

O Patrimônio Líquido apresentou variação positiva no final do 1º Trimestre de 2026 em relação a 31 de dezembro de 2025 em relação ao exercício anterior, decorrente principalmente do resultado apurado no período e de ajustes reconhecidos em resultados de exercícios anteriores. Em 31 de março de 2026, o total do Patrimônio Líquido alcançou R\$ 263.138.185.019,43, frente a R\$ 259.205.171.690,19 em 31 de dezembro de 2025.

Os Resultados Acumulados totalizaram R\$ 111.263.870.255,02 no final do 1º Trimestre de 2026, registrando aumento em relação ao saldo de R\$ 107.330.856.925,78 observado no exercício anterior. Tal variação decorreu, principalmente, do resultado positivo apurado no 1º Trimestre de 2026, no montante de R\$ 3.938.322.897,43, contraposto ao resultado de apenas R\$ 6.899.665,46 registrado no encerramento do exercício de 2025.

Os Resultados de Exercícios Anteriores atingiram R\$ 107.330.856.925,78 no 1º Trimestre de 2026, ante R\$ 107.336.860.063,32 em 31 de dezembro de 2025.

## 8.2 Reserva de Reavaliação

A reserva de reavaliação compreende a contrapartida dos acréscimos de valor atribuídos a elementos do ativo, apurados pela diferença entre o valor do laudo e o valor anterior (custo original mais eventuais reavaliações anteriores), nos casos permitidos pela legislação vigente.

Consoante as disposições estabelecidas na NBC TSP7 – Ativo Imobilizado, item 44, após o reconhecimento inicial do ativo, a sua mensuração ao longo do tempo deve corresponder ao valor justo na data da reavaliação do bem, diminuída da depreciação acumulada ou da perda por redução ao valor recuperável.

Além disso, a referida norma orienta que se o valor contábil da classe do ativo aumentar em virtude de reavaliação, o registro deve ser feito à conta de reserva de reavaliação (item 55).

O Órgão Central de Contabilidade implementou uma mudança na forma como essas reavaliações são contabilizadas, resultando no reconhecimento não mais no resultado, mas sim na conta de reserva no Patrimônio Líquido.

O valor registrado no final do exercício de 2025 se manteve inalterado no 1º Trimestre de 2026, conforme demonstrativo abaixo.

Descrição	31/03/2026 (R\$)	31/12/2025 (R\$)	AH	AV
Reserva de Reavaliação	151.874.314.764	151.874.314.764	0,0%	100,0%
<b>Total</b>	<b>151.874.314.764</b>	<b>151.874.314.764</b>	<b>0,0%</b>	<b>100,0%</b>

## 9. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP, no 1º Trimestre de 2026, demonstra um **Resultado Patrimonial Positivo** de R\$ **3.938.322.897,43**.

A DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.

A estrutura do PCASP detalha as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) segundo a **abordagem por natureza**, que é de uso obrigatório.

### 9.1. Análise da DVP (Nota 9 na DVP)

O detalhamento das variações patrimoniais deve explicar o que causou alterações no saldo de contas relevantes.

Natureza da Variação	31/03/2026 (R\$)	31/03/2025 (R\$)	Análise Qualitativa
-------------------------	------------------	---------------------	---------------------

<b>Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)</b>	4.446.084.393,28	397.444.460,11	A VPA é predominantemente composta por Transferências e Delegações Recebidas (R\$4.439.373.617,34). <sup>1</sup>
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)</b>	507.761.495,85	386.619.596,10	As VPDs são majoritariamente compostas por Transferências e Delegações Concedidas (R\$ 247.192.395,55). <sup>2</sup>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	<b>3.938.322.897,43</b>	<b>10.824.864,01</b>	Resultado positivo muito superior ao período anterior, devido ao aumento das VPAs, especialmente em Transferências e Delegações Recebidas.

## 10. Balanço Orçamentário (BO) e Balanço Financeiro (BF) (Nota 10)

As notas explicativas sobre o Balanço Orçamentário são cruciais, pois tratam do aspecto orçamentário, de igual importância ao patrimonial. Devem divulgar o regime orçamentário, o critério de classificação e o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevantes.

**10.1. Análise Orçamentária** O Balanço Orçamentário evidencia um **DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO** de R\$ 732.647.253,16

Indicador Orçamentário	Previsão Atualizada(R\$)	Valor Empenhado (R\$)	Valor Liquidado (R\$)	Receitas Realizadas (R\$)
Receitas Correntes	751.681,00	N/A	N/A	182,61
<b>Despesas Totais</b>	<b>1.112.437.805,00</b>	<b>732.647.435,77</b>	<b>182.317.026,56</b>	N/A

<sup>1</sup> As Transferências e Delegações Recebidas trata de movimentação de limite de pagamento para atendimento dos compromissos firmados pela FUNAI, cuja variação decorre de acordo com o fluxo de demanda. A Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos compreende as entradas de bens por aquisição; baixa de passivo circulante por extinção da obrigação; pagamentos de tributos; Transferência de Execução Descentralizada, dentre outros.

<sup>2</sup> Transferências e delegações concedidas compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas.

Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (despesas de pessoal e encargos). Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguéis, depreciação, amortização, exaustão, entre outras.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores (premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, Multas Administrativas, Indenizações e restituições, dentre outros).

- **Despesas Correntes Empenhadas:** Totalizaram R\$ 722.632.504,52 .
- **Despesas de Capital Empenhadas:** Totalizaram R\$ 10.014.931,25

**10.2. Balanço Financeiro** O Balanço Financeiro evidencia as movimentações de entradas e saídas que impactam o caixa e equivalentes de caixa, apurando o resultado financeiro do exercício. O Balanço Financeiro demonstra que os Ingresso Totais, até o 1º Trimestre de 2026, foram R\$ 1.147.111.728,01, apurando um saldo para o exercício seguinte de R\$ 58.563.357,60.

- **Receitas Orçamentárias (Ingressos):** R\$ 182,61 .
- **Transferências Financeiras Recebidas:** R\$ 481.457.369,87.
- **Despesas Orçamentárias (Dispêndios):** R\$ 732.647.435,77.
- **Pagamento dos Restos a Pagar Processados:** R\$ 51.548.958,93.

## 11. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) (Nota 11)

A DFC é apresentada pelo Método Direto e demonstra a Geração Líquida Negativa de Caixa de R\$ -2.630.175,10, posição ao final do 1º Trimestre de 2026.

<b>Tipo de Fluxo de Caixa</b>	<b>31/03/2026 (R\$)</b>	<b>31/03/2025 (R\$)</b>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	3.647.253,24	9.853.072,33
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(6.277.428,34)	(6.910.968,11)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	0,00	0,00
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes</b>	<b>-2.630.175,10</b>	<b>2.942.104,22</b>

### Restrições ao Uso do Caixa

Os fluxos de caixa demonstram uma alta dependência de **Outros Ingressos Operacionais** (R\$ 483.421.949,58), compostos majoritariamente por **Transferências Financeiras Recebidas** (R\$ 481.457.369,87).

## 12. Contingências e Compromissos (Nota 12)

### 12.1. Compromissos e Atos Potenciais

O Quadro de Compensação evidencia os seguintes compromissos contratuais:

- **Total dos Atos Potenciais Passivos (2026): R\$ 1.649.347.432,77**
- **Obrigações Contratuais (Atos Potenciais Passivos):** Total de **R\$ 1.608.905.594,05** até o 1º Trimestre de 2026, refletindo o alto volume de contratos e convênios assumidos pela FUNAI, representando aumento 0,5% em relação a 2025 (R\$ 1.601.232.242,58).

---

---

**ALVINO JOSÉ LEITE**

Coordenador de Contabilidade

Fundação Nacional dos Povos Indígenas

CCONT/CGOF/DAGES/FUNAI

# ANEXO I

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 30202 - FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNDAÇÃO  
ÓRGÃO SUPERIOR 6400 - MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
EXERCÍCIO 2026  
PERÍODO 1º TRIMESTRE (ABERTO REGISTROS PATRIMONIAIS)  
EMISSÃO 13/04/2026  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>142.927.475,84</b>	<b>131.660.211,39</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>184.741.792,98</b>	<b>153.272.431,67</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	58.563.257,80	61.193.232,70	Obrigações Tral, Prev. e Assist., a Pagar a Curto Prazo	48.106.808,16	40.883.894,78
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	<b>83.665.577,85</b>	<b>69.866.202,07</b>	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	20.483.760,72	11.061.301,54
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	21.695,26	22.884,73
Demais Créditos e Valores	83.665.577,85	69.866.202,07	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	83.665.577,85	69.866.202,07	Provisões a Curto Prazo	-	-
<b>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</b>	<b>698.540,59</b>	<b>500.476,62</b>	Demais Obrigações a Curto Prazo	116.126.628,82	101.604.250,62
Estoques a Curto Prazo	698.540,59	500.476,62			
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPS - Pagos Antecipadamente a Curto Prazo	-	-			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>263.179.299.236,65</b>	<b>259.227.893.210,41</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	55.599.271,03	55.679.422,21	Obrigações Tral, Prev. e Assist., a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	55.599.271,03	55.679.422,21	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	8.110.760,28	8.197.513,76	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	8.110.760,28	8.197.513,76	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	47.488.930,75	47.481.908,45	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	47.488.930,75	47.481.908,45	Provisões a Longo Prazo	-	-
Estoques a Longo Prazo	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
<b>Investimentos</b>	<b>692,09</b>	<b>692,10</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO EXERCÍCIO</b>	<b>184.741.792,98</b>	<b>153.272.431,67</b>
Participações Permanentes	73,63	73,64			
Participações Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial	0,34	0,35			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	73,29	73,29			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades para Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	618,46	618,46			
Demais Investimentos Permanentes	618,46	618,46			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
<b>Imobilizado</b>	<b>263.117.387.255,88</b>	<b>259.164.917.116,61</b>	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>263.138.186.619,43</b>	<b>259.205.171.899,19</b>
Bens Móveis	224.980.932,07	227.591.272,73			
Bens Móveis	355.410.633,94	355.385.039,97			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-130.429.701,77	-127.793.766,24			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	262.892.206,821,81	258.938.800,443,88			
Bens Imóveis	262.892.760,084,46	258.937.127,899,57			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-553.462,67	-527.455,69			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>7.211.279,55</b>	<b>7.211.279,55</b>			
Softwares	7.193.611,57	7.193.611,57			
Softwares	7.193.611,57	7.193.611,57			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	17.707,98	17.707,98			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	17.707,98	17.707,98			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>263.322.926.812,39</b>	<b>259.358.744.121,86</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>263.322.926.812,39</b>	<b>259.358.744.121,86</b>

**QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>58.659.272,89</b>	<b>61.289.747,99</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>967.115.917,03</b>	<b>474.253.036,10</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>263.264.267.239,50</b>	<b>259.297.454.373,87</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>85.806.339,22</b>	<b>76.652.468,90</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>262.270.004.556,14</b>	<b>258.608.638.228,86</b>

**QUADRO DE COMPENSAÇÕES**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>54.276.857,03</b>	<b>58.641.206,11</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>1.649.347.432,77</b>	<b>1.641.552.143,85</b>
Atos Potenciais Ativos	54.276.857,03	58.641.206,11	Atos Potenciais Passivos	1.649.347.432,77	1.641.552.143,85
Garantias e Contragarantias Recebidas	21.252.679,31	20.156.342,07	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneros	33.006.177,72	38.466.864,04	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneros	40.441.838,72	40.319.901,27
Direitos Contratuais	18.000,00	18.000,00	Obrigações Contratuais	1.608.905.594,05	1.601.232.242,58
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>54.276.857,03</b>	<b>58.641.206,11</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.649.347.432,77</b>	<b>1.641.552.143,85</b>

**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Não Vinculados</b>	<b>-552.541.531,01</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-255.914.613,13</b>
Educação	-64.691,83
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-171.855.680,01
Previdência Social (RPPS)	-53.385.689,28
Fundos, Órgãos e Programas	-30.578.759,71
<b>TOTAL</b>	<b>-808.456.144,14</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 3020 - FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNDAÇÃO  
ORGÃO SUPERIOR 84000 - MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
EXERCÍCIO 2026  
PERÍODO 1º TRIMESTRE (ABERTO REGISTROS PATRIMONIAIS)  
EMISSÃO 13/04/2026  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2026	2025
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>4.446.284.293,28</b>	<b>397.444.460,11</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Herança e das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	<b>1.179,45</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	1.179,45
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	<b>48,51</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	48,51
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>4.439.273.617,34</b>	<b>389.560.252,62</b>
Transferências Intergovernamentais	48.145.736,97	387.873.527,10
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.957.916.247,47	1.687.424,92
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>6.467.267,66</b>	<b>7.544.620,28</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	6.467.026,75	4.001.780,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	40,91	3.542.840,28
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>243.708,28</b>	<b>337.659,85</b>
Variação Patrimonial Aumentativa e Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	243.708,28	337.659,85
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>507.761.495,85</b>	<b>386.619.296,10</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>89.697.649,83</b>	<b>62.869.758,68</b>
Remuneração a Pessoal	72.321.850,43	47.830.730,90
Encargos Patronais	14.547.746,17	8.601.016,32
Benefícios a Pessoal	421.023,45	4.795.831,51
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.407.029,78	1.742.179,95
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>65.463.055,12</b>	<b>61.223.781,83</b>
Aposentadorias e Reformas	48.833.467,02	46.157.908,61
Pensões	15.502.298,04	14.192.087,64
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Públicas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.127.290,06	873.785,58
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>95.647.114,03</b>	<b>66.632.167,07</b>
Uso de Material de Consumo	6.892.108,02	5.795.287,85
Serviços	86.030.201,47	58.768.545,37
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.924.804,54	1.968.333,85
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>2.182.338,69</b>	<b>47.746,13</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.182,338	47.746,13
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>247.192.395,55</b>	<b>192.925.154,79</b>
Transferências Intergovernamentais	244.926.422,98	192.420.775,82
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.265.972,57	504.378,97
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>6.328.973,06</b>	<b>1.339.803,96</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes de Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.471.301,81	14.859,18
Incorporação de Passivos	5.457.871,25	1.098.658,82
Desincorporação de Ativos	-	226.285,96
<b>Tributárias</b>	<b>205.270,55</b>	<b>188.244,59</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	180.548,35	143.838,68
Contribuições	24.722,20	24.105,91
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>2.605.214,03</b>	<b>1.413.139,05</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.605.214,03	1.413.139,05
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>3.838.222.897,43</b>	<b>10.224.264,01</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2026	2025



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 30202 - FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNDAÇÃO  
ORGÃO SUPERIOR 84000 - MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
EXERCÍCIO 2026  
PERÍODO 1º TRIMESTRE (ABERTO REGISTROS PATRIMONIAIS)  
EMIÇÃO 13/04/2026  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>182,61</b>	<b>45.324,65</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>732.647.435,77</b>	<b>597.203.782,59</b>
<b>Recursos Não Vinculados</b>	-	-	<b>Recursos Não Vinculados</b>	<b>448.009.227,54</b>	<b>350.420.090,59</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>472,16</b>	<b>237.130,23</b>	<b>Recursos Vinculados</b>	<b>284.638.208,23</b>	<b>246.783.692,00</b>
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	217.765.091,23	173.190.699,00
Fundos, Órgãos e Programas	472,16	237.130,23	Previdência Social (RPPS)	66.873.117,00	73.592.993,00
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>	<b>-289,55</b>	<b>-191.805,58</b>			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>481.457.369,87</b>	<b>387.873.527,10</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>244.926.422,98</b>	<b>192.414.585,58</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	358.641.323,07	280.800.068,76	Resultantes da Execução Orçamentária	176.170.408,43	138.582.122,16
Repassé Recebido	186.609.389,97	142.246.969,74	Repassé Concedido	3.531.717,31	29.023,14
Sub-repassé Recebido	172.031.933,10	138.447.762,92	Sub-repassé Concedido	172.031.933,10	138.447.762,92
Sub-repassé Devolvido	-	105.336,10	Repassé Devolvido	606.758,02	-
Independentes da Execução Orçamentária	122.816.046,80	107.073.458,34	Sub-repassé Devolvido	-	105.336,10
Transferências Recebidas para Pagamento de	118.748.449,73	103.076.337,24	Independentes da Execução Orçamentária	68.756.014,55	53.832.463,42
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.067.597,07	3.997.121,10	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	68.425.779,50	53.500.841,44
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	330.235,05	331.621,98
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>604.460.642,83</b>	<b>493.063.145,54</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>110.974.511,66</b>	<b>88.421.524,90</b>
Inscrição de Restos a Pagar Processados	52.165.653,91	40.625.862,10	Pagamento de Restos a Pagar Processados	51.548.958,93	35.968.870,07
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	550.330.409,21	451.829.629,81	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	57.971.007,30	52.355.618,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.634.344,66	281.625,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.445.930,13	85.337,75
Outros Recebimentos Extraorçamentários	330.235,05	326.028,63	Outros Pagamentos Extraorçamentários	8.615,30	11.698,32
Arrecadação de Outra Unidade	330.235,05	326.028,63	Demais Pagamentos	8.615,30	11.698,32
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>61.193.532,70</b>	<b>37.750.288,86</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>58.563.357,60</b>	<b>40.692.393,08</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	61.193.532,70	37.750.288,86	Caixa e Equivalentes de Caixa	58.563.357,60	40.692.393,08
<b>TOTAL</b>	<b>1.147.111.728,01</b>	<b>918.732.286,15</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.147.111.728,01</b>	<b>918.732.286,15</b>



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 30202 - FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNDAÇÃO  
ORÇÃO SUPERIOR 84000 - MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
EXERCÍCIO 2026  
PERÍODO 1º TRIMESTRE (ABERTO REGISTROS PATRIMONIAIS)  
EMISSÃO 13/04/2026  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2026	2025
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.647.253,24</b>	<b>9.853.072,33</b>
<b>INGRESSOS OPERACIONAIS</b>	<b>483.422.132,19</b>	<b>388.526.505,38</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	182,61	45.324,65
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>483.421.949,58</b>	<b>388.481.180,73</b>
Ingressos Extraorçamentários	1.634.244,66	281.625,00
Transferências Financeiras Recebidas	481.457.369,87	387.873.527,10
Arrecadação de Outra Unidade	330.235,05	326.028,63
<b>DESEMBOLSOS OPERACIONAIS</b>	<b>-479.774.878,95</b>	<b>-378.673.433,05</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-228.822.562,28</b>	<b>-180.922.425,70</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-60.658,68	-1.119,30
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-192.086,16	-
Previdência Social	-60.563.262,75	-56.814.349,03
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-299.080,11
Cultura	-	-6.190,24
Direitos da Cidadania	-167.929.774,04	-123.466.859,28
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-252.307,80
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-76.780,65	-82.519,94
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-4.571.348,26</b>	<b>-5.239.385,70</b>
Intergovernamentais Concedidas	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais Concedidas	-4.571.348,26	-5.239.385,70
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-246.380.968,41</b>	<b>-192.511.621,65</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-1.445.930,13	-85.337,75
Transferências Financeiras Concedidas	-244.926.422,98	-192.414.585,58
Demais Pagamentos	-8.615,30	-11.698,32
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-6.277.428,34</b>	<b>-6.910.968,11</b>
<b>INGRESSOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>-6.277.428,34</b>	<b>-6.910.968,11</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.269.853,34	-6.910.968,11
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-7.575,00	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-2.630.175,10</b>	<b>2.942.104,22</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>61.193.532,70</b>	<b>37.750.288,86</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>58.563.357,60</b>	<b>40.692.393,08</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 30202 - FUNDACAO NACIONAL DOS POVOS INDIGENAS- FUNDAÇÃO  
ORÇÃO SUPERIOR 84000 - MINISTERIO DOS POVOS INDIGENAS  
EXERCÍCIO 2026  
PERÍODO 1º TRIMESTRE (ABERTO REGISTROS PATRIMONIAIS)  
EMISSÃO 13/04/2026  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>751.681,00</b>	<b>751.681,00</b>	<b>182,81</b>	<b>-751.498,19</b>
<b>Receita Tributária</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receita de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social/Formação Prof.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receita de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>751.681,00</b>	<b>751.681,00</b>	<b>182,81</b>	<b>-751.498,19</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Identificações, Restituições e Ressarcimentos	3.624,00	3.624,00	182,81	-3.441,19
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>Demais Receitas Correntes</b>	<b>748.057,00</b>	<b>748.057,00</b>	-	<b>-148.057,00</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortizações de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>751.681,00</b>	<b>751.681,00</b>	<b>182,81</b>	<b>-751.498,19</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	<b>751.681,00</b>	<b>751.681,00</b>	<b>182,81</b>	<b>-751.498,19</b>
<b>DEBITO</b>	-	-	<b>732.647.253,16</b>	<b>732.647.253,16</b>
<b>TOTAL</b>	<b>751.681,00</b>	<b>751.681,00</b>	<b>732.647.435,97</b>	<b>731.895.754,77</b>
<b>CRÉDITOS A DEBITAR ABERTOS</b>	-	-	<b>17.031.220,00</b>	<b>-17.031.220,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	17.031.220,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.245.691.712,00</b>	<b>1.265.492.219,00</b>	<b>732.832.264,52</b>	<b>181.811.823,96</b>	<b>130.087.461,89</b>	<b>337.859.224,48</b>
Pessoal Encargos Sociais	603.702.736,00	603.702.736,00	603.702.736,00	143.743.489,79	101.836.407,45	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	441.988.976,00	456.789.293,00	118.292.769,52	38.068.339,16	28.251.054,44	337.859.224,48
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>49.714.873,00</b>	<b>51.845.776,00</b>	<b>10.149.311,25</b>	<b>505.197,61</b>	<b>63.910,76</b>	<b>41.836.444,75</b>
Investimentos	46.285.942,00	48.516.845,00	10.149.311,25	505.197,61	63.910,76	38.501.813,75
Inversões Financeiras	3.428.931,00	3.428.931,00	-	-	-	3.428.931,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGENCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.295.406.585,00</b>	<b>1.317.437.995,00</b>	<b>732.841.435,77</b>	<b>182.317.026,56</b>	<b>130.151.372,65</b>	<b>379.795.669,23</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	<b>1.295.406.585,00</b>	<b>1.317.437.995,00</b>	<b>732.841.435,77</b>	<b>182.317.026,56</b>	<b>130.151.372,65</b>	<b>379.795.669,23</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.295.406.585,00</b>	<b>1.317.437.995,00</b>	<b>732.841.435,77</b>	<b>182.317.026,56</b>	<b>130.151.372,65</b>	<b>379.795.669,23</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>162.668.039,05</b>	<b>167.626.291,04</b>	<b>73.227.880,06</b>	<b>53.326.554,92</b>	<b>197.879,50</b>	<b>276.770.095,67</b>
Pessoal Encargos Sociais	10.622.262,14	13.682.486,37	3.892.197,29	1.367.315,56	-	24.169.016,95
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	152.045.776,91	153.943.804,67	69.335.682,77	51.959.239,36	197.879,50	252.601.078,72
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>10.046.819,97</b>	<b>36.392.126,37</b>	<b>9.655.103,69</b>	<b>4.844.452,36</b>	<b>2.230,00</b>	<b>61.792.344,89</b>
Investimentos	7.176.171,00	45.271.522,71	5.655.103,69	4.244.452,36	2.230,00	48.244.661,42
Inversões Financeiras	2.870.439,78	10.574.593,66	-	-	-	13.545.433,44
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>172.714.859,02</b>	<b>204.018.417,41</b>	<b>82.882.983,75</b>	<b>58.171.007,28</b>	<b>199.929,50</b>	<b>338.562.440,56</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS NA DATA DE LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.856.491,71</b>	<b>62.885.259,54</b>	<b>49.079.893,73</b>	<b>101.894,99</b>	<b>24.460.271,53</b>
Pessoal Encargos Sociais	11.164.121,99	48.250.198,65	34.817.269,14	2.120,82	22.695.121,68
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	692.279,72	16.335.060,89	15.162.224,59	99.265,17	1.765.249,85
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>304.022,90</b>	<b>1.649.213,83</b>	<b>1.069.065,20</b>	-	<b>383.671,93</b>
Investimentos	304.022,90	1.649.213,83	1.069.065,20	-	383.671,93
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12.160.514,61</b>	<b>64.534.473,37</b>	<b>50.148.958,93</b>	<b>101.894,99</b>	<b>24.843.943,46</b>

